



Anais da Assembléia

Nº 72

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE MAIO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB - 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB - 10:** Durval Amaral - Cleiton Kiesel - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB - 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB - 06:** Duilio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL - 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT - 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 20.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1996
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Nelson Garcia.

As dezessete horas e vinte e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraidin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Felinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Sanches, César Selene, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Busch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Forsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O E X T R A O R D I N Á R I A.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 178

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário retirada por dez sessões dos itens 01 e 02, Discussão Única dos Projetos de Lei nº 146/95, de autoria do Deputado Antonio Annibelli e 080/95, de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni e Algaci Túlio, constantes

da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) ALGACI TÚLIO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões dos itens nºs 01 e 02, Discussão Única dos Projetos de Lei nºs 146/95 e 080/95, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 003/96, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 146/95, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza a criação do Colégio Agrotécnico Estadual Domingos Forte, a ser instalado no Polo Educacional da sede do Município de União da Vitória. **COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 286/95

Curitiba, em 21.12.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 218/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 146/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar Colégio Agrotécnico Estadual, a ser instalado no Município de União da Vitória.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa deve-se ao fato de ter sido considerado contrário aos superiores interesses públicos, conforme pronunciamento expedito pela Secretaria de Estado da Educação, a seguir transcrito:

"O Governo do Estado, vem desenvolvendo o projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná em conjunto com a SED, SEPL e CEFET-PP, a ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Este projeto terá a função

primordial de organizar a oferta de ensino em função das reais necessidades do mercado de trabalho.

Os colégios agrícolas apresentam características especiais, pois além das salas de aula convencionais necessitam de espaço apropriado para as aulas práticas, como laboratórios específicos e área mínima de 60 hectares para cultivo agrícola e manejo animal, além de anexos indispensáveis para o atendimento dos alunos em tempo integral (refeitório, alojamento e área de lazer).

Estas exigências são decorrentes de Deliberação do Conselho Estadual de Educação, para funcionamento e reconhecimento, o que acarretará considerável desembolso financeiro por parte do Governo do Estado para a efetiva implantação.

Considere-se ainda a existência dos seguintes estabelecimentos que ofertam Ensino Técnico em Agropecuária e Florestal na Região:

- Colégio Agrícola Assis Brasil - Clevelândia;
- Colégio Agrícola Lisymaco Ferreira da Costa - Rio Negro;
- Colégio Agrícola Arlindo Ribeiro - Guarapuava; e
- Colégio Florestal Presidente Costa e Silva - Irati.

Além destes ainda encontram-se em fase final de conclusão uma Escola Agrotécnica Federal em Guarapuava e em funcionamento o Colégio Agrícola Imperatriz Dona Leopoldina no Município de Entre Rios.

Portanto, o Departamento de Ensino de Segundo Grau não é de parecer favorável à implantação de mais um Colégio Agrícola na sua rede pois necessita efetuar levantamento criterioso da demanda regional e ter garantia da alocação de recursos orçamentários para as obras que se fizerem necessárias, quer para adaptar um estabelecimento de ensino, quer para construir unidade nova, e o orçamento previsto para 1996 não contempla este gasto."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 146/95, foi publicado no D.A. nº 42, de 02.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 03/96

P A R E C E R:

Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no

§ 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, opôs veto ao Projeto de Lei nº 146/95, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza a criação do Colégio Agrotécnico Estadual Domingos Forte, a ser instalado no polo educacional da sede do Município de União da Vitória.

Fundamentação

O plano de lei não foi acolhido pelo Chefe do Poder Executivo tendo em vista que o Departamento de Ensino de Segundo Grau não é de parecer favorável à implantação de mais um Colégio Agrícola na sua rede pois necessita efetuar levantamento criterioso da demanda regional e ter garantia de alocação de recursos orçamentários para as obras que se fizerem necessárias, quer para adaptar um estabelecimento de ensino, quer para construir unidade nova, e o orçamento previsto para 1996 não contempla este gasto.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do veto ao Projeto de Lei nº 146/95.

Sala das Comissões, em 07.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSE TAVARES - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 005/96, Veto aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 080/95, de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni e Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo Estadual a empreender os estudos e planejamento necessários à criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - CODEL. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 271/95

Curitiba, em 20.12.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 212/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 080/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder estudos no sentido da criação da "Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - CODEPAL".

A negativa de sanção ao Projeto de Lei Complementar em referência decorre de pareceres técnicos da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, por mim endossados, os quais, circunstancia-

mente, demonstram ser a medida, pela forma como está posta, contrária aos superiores interesses públicos, também inoportuna e desnecessária, eis que, estudos de tal natureza realizam-se independentemente de lei. Vale, por oportuno, lembrar a existência do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, órgão colegiado integrante da estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que vem suprindo, satisfatoriamente, as necessidades pertinentes a estudos e planejamento, assim como de outras ações nessa tão importante área da atividade pública.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei Complementar que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Vaiho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 80/95, foi publicado no D.A. nº 24, de 27.03.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 05/96

P A R E C E R:

A proposição em tela traz veto apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 080/95, de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni e Algaci Túlio, visando "autorizar o Poder Executivo Estadual a empreender estudos e planejamento necessários à criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - CODERAL".

O Chefe do Poder Executivo nas atri-

buições do artigo 87, inciso VII e em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetou o projeto de lei por julgá-lo contrário ao interesse público. Além da justificativa constitucional, a Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo legal.

Do exposto, a proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis, nos termos regimentais.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTARIO - Relator

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, acima aprovado, ficam adiadas as Discussões Únicas das Proposições nºs 003/96, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 146/95, e 005/96, Veto apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 080/95.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 29, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 116/96.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 090 e 152/96.

Levanta-se a sessão.